

# TRABALHO SEXUAL, SAÚDE MENTAL E ISTS: A PRECARIEDADE VITAL E LABORAL DE HOMENS PRODUTORES DE CONTEÚDO ADULTO EM PLATAFORMAS DIGITAIS

SEX WORK, MENTAL HEALTH, AND STIS: THE VITAL AND LABOR PRECARIETY OF MEN ADULT CONTENT PRODUCERS ON DIGITAL PLATFORMS

## RESUMO

Este artigo examina as imbricações entre a plataformização do trabalho sexual, a vulnerabilidade em saúde mental, sexual e as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), com foco específico na experiência de homens produtores de conteúdo adulto em plataformas digitais como *X*, *Onlyfans* e *Privacy*. Resulta de uma pesquisa doutoral que analisou criticamente as tendências do trabalho sexual realizado para, por e entre homens em plataformas digitais na conjuntura brasileira contemporânea, explorando suas imbricações com o agravamento das desigualdades sociais e a plataformização do trabalho, face ao avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo e os impactos na experiência da população LGBTQIAPN+ no capitalismo contemporâneo. A metodologia incluiu análise e monitoramento de redes sociais e plataformas digitais e uma *websurvey* com homens produtores de conteúdo adulto, maiores de 18 anos e residentes no Brasil. Dentre os resultados, observa-se que a imersão neste trabalho, muitas vezes como complementação de renda face à precariedade vital e laboral, ocorre numa dinâmica com agravo potencial à saúde física e mental, incluindo riscos à saúde sexual. A pesquisa apurou que os participantes estavam cientes do risco à exposição social e sexual, ao preconceito e a discriminação, e o risco de ISTs. Do total de 11 participantes, 8 relataram ter sido diagnosticados com alguma ISTs em algum momento da vida. O acesso a serviços de saúde, a realização de testes frequentes e uso de PrEP e PEP foram mencionados como medidas de prevenção e cuidado, embora a adesão à PrEP e PEP seja baixa entre os entrevistados. Sintomas como ansiedade, medo, preocupação e estresse também foram relatados, expressando o agravo à saúde mental decorrente do trabalho realizado. Em perspectiva conclusiva, o estudo aponta para a urgência de políticas públicas focalizadas na proteção social, incluindo a promoção da saúde e saúde sexual dos homens trabalhadores sexuais.

**Palavras-chave:** Trabalho Sexual. Plataformas digitais. Saúde Mental. ISTs. Precariedade vital e laboral.

---

**Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza**

Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Doutor em Serviço Social, Mestre em Psicologia e Bacharel em Serviço Social pela UFPE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6824-574X> E-mail: [luizhbrauna@gmail.com](mailto:luizhbrauna@gmail.com) / [luiz.brauna@servidor.uepb.edu.br](mailto:luiz.brauna@servidor.uepb.edu.br)

## ABSTRACT

This article examines the intertwining between the platformization of sex work, vulnerability in mental and sexual health, and sexually transmitted infections (STI), with a specific focus on the experience of men adult content producers on digital platforms such as *X*, *Onlyfans* and *Privacy*. It results from a doctoral research that critically analyzed the trends of sex work performed for, by, and among men on digital platforms in the contemporary Brazilian context, exploring its intertwining with the aggravation of social inequalities and the platformization of work, facing the advance of neoliberalism and neoconservatism and the impacts on the experience of the LGBTQIAPN+ population in contemporary capitalism. The methodology included analysis and monitoring of social networks and digital platforms and a websurvey with men adult content producers, over 18 years old and residing in Brazil. Among the results, it is observed that immersion in this work, often as income supplementation facing vital and labor precarity, occurs in a dynamic with potential harm to physical and mental health, including risks to sexual health. The survey found that participants were aware of the risk of social and sexual exposure, prejudice and discrimination, and the risk of STIs. Of the 11 participants, 8 reported having been diagnosed with an STI at some point in their lives. Access to healthcare services, frequent testing, and the use of PrEP and PEP were mentioned as prevention and care measures, although adherence to PrEP and PEP is low among respondents. Symptoms such as anxiety, fear, worry, and stress were also reported, expressing the mental health impacts of their work. In a conclusive perspective, the study points to the urgency of public policies focused on social protection, including the promotion of the health and sexual health of male sex workers.

**Keywords:** Sex work. Digital Platforms. Mental Health. STIs. Vital and labor precarity.

## Introdução

As transformações contemporâneas no mundo do trabalho, além de entrajarse do avanço tecnológico e suas potencialidades para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, revela-se envolta por novos e tradicionais desafios à classe trabalhadora que, historicamente, resiste e enfrenta a precariedade vital e laboral na sociabilidade do capital. Essa realidade é ainda mais agravada ao refletirmos sobre as implicações dos projetos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016) e neoconservadores (BIROLI, MACHADO E VAGGIONE, 2020) em âmbito global que incidem sisudamente nas experiências vividas, social e historicamente (THOMPSON, 1987), pelos sujeitos sociais heterogêneos que são cotidianamente oprimidos pelos processos de diferenciação orquestrados nas relações sociais de modo estrutural, a exemplo da superexploração do trabalho, da marginalização e vulnerabilidades, do aumento da violência, da fome e da miséria. Nessa querela, este artigo analisa as imbricações entre a plataformização do trabalho sexual, a saúde mental e as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), derivados da investigação e análise crítica de um dos múltiplos fenômenos inerentes

a essa dinâmica, complexa e multifacetada conjuntura. Resulta de um estudo doutoral desenvolvido na área do Serviço Social (SOUZA, 2024) que examina a plataformização do trabalho sexual no Brasil, com foco específico na experiência de homens produtores de conteúdo adulto em plataformas digitais como *X*, *Onlyfans* e *Privacy*.

A pesquisa analisou criticamente as tendências do trabalho sexual realizado para, por e entre homens em plataformas digitais na conjuntura brasileira contemporânea, explorando suas imbricações com o agravamento das desigualdades sociais e a plataformização do trabalho, face ao avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo e os impactos na experiência das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes (LGBTQIAPN+) no capitalismo contemporâneo. Ainda, investigou as dinâmicas de exploração capitalista nesse contexto, as condições de trabalho, os perfis dos trabalhadores e as implicações sociais e de saúde desse fenômeno, situando o trabalho sexual plataformizado em um contexto mais amplo de precarização da vida e do trabalho e a busca permanente por estratégias de sobrevivência.

Averiguamos que esta modalidade de trabalho, intermediada pelas plataformas digitais que compõem o mercado erótico-pornográfico digital, ocorre em uma dinâmica que apresenta agravo potencial à saúde dos trabalhadores, sob dois aspectos específicos: a saúde mental e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). A presente investigação aponta para a percepção de riscos como exposição social e sexual, preconceito e discriminação, e o risco de ISTs. Aspectos relacionados à saúde sexual dos participantes, a busca por serviços de saúde e testagem, e o uso da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e da Profilaxia Pós-Exposição de Risco (PEP) como medidas de prevenção e cuidado também são elementos cruciais analisados na pesquisa. Adicionalmente, são notórios os impactos na saúde mental, com relatos de ansiedade, medo, preocupação e estresse, e outros agravos que evidenciam a urgência de se debruçar sobre as condições de trabalho e vida desses sujeitos na era digital e pautar políticas públicas de saúde que abarque a realidade dos trabalhadores de plataformas digitais.

A análise crítica sob a ótica da teoria social crítica marxista e o pensamento feminista é o alicerce teórico para compreender as imbricações entre as relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial neste fenômeno. Em suma, com base em uma metodologia que incluiu análise e monitoramento de redes sociais e plataformas digitais e os dados produzidos a partir de uma *websurvey* que contou com a participação de 11 (onze) homens produtores de conteúdo adulto, este artigo aporta elementos para a reflexão e possíveis caminhos para a luta por proteção social e demais garantias dos direitos humanos fundamentais.

## O Trabalho sexual plataformizado face à precariedade vital e laboral na realidade brasileira

A dinâmica capitalista no Séc. XXI é marcada pelo avanço do capitalismo de plataforma e a intensificação da plataformização do trabalho, resultante das mudanças provocadas pela crise do capital a nível mundial, favorecendo a expansão, visibilidade e a (re)configuração do mercado de trabalho na Era digital e, em particular, do mercado erótico-pornográfico e das tendências do trabalho sexual. Conforme Ricardo Antunes (2023), capitalismo de plataforma refere-se a “uma fase informacional-digital-financeira do capitalismo na qual o sistema depende cada vez mais do uso intensificado de plataformas (ibid., p. 18)”, constituindo a expansão do “novo proletariado de serviços na era digital” e consolidando novas formas de geração do “mais-valor, ainda que frequentemente assumindo a aparência do não-valor (ibid., p. 15)”.

Imbricada com a pandemia da Covid-19, essa realidade aprofunda o agravamento das desigualdades sociais na geopolítica mundial, manifestando-se, de modo desigual e combinado, nos países de capitalismo periférico e dependente, como o Brasil. “[...] a COVID-19, no Brasil, percorreu uma letal trajetória determinada pela classe, gênero, cor e, insistimos, pelas ausências... (GRANEMANN, 2021, p. 07).” Frente a conjuntura de insegurança política, social e econômica, e ausência de oportunidades no mercado de trabalho convencional, o trabalho sexual realizado para, por e entre homens em plataformas digitais emerge como um novo fenômeno, consolidando-se para muitos como uma alternativa crucial para a complementação de renda ou mesmo para a garantia da subsistência.

Essa “ordem mundial, articulada e dinamicamente internacional (IASI, 2018, p. 20)”, desenvolvida para o progresso da reprodução ampliada do capital, que impacta incisivamente na experiência vivida pela classe trabalhadora em sua heterogeneidade, subsidiada pela ótica neoliberal, que estrutura e organiza a sociedade capitalista contemporânea, tendo como uma de suas características essenciais “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15)”, e neoconservadora. Em diálogo com Biroli, Machado e Vaggione (2020), entendemos que o neoconservadorismo caracteriza as coalizões políticas estabelecidas em detrimento da manutenção da ordem patriarcal e do sistema capitalista, concretizando uma racionalidade que (re)configura as subjetividades dos sujeitos, interiorizando a lógica normativa e disciplinadora cristã, atacam os direitos civis, sociais, políticos e, exponencialmente, os direitos humanos, centralizando como alvo os sujeitos racializados, generificados e sexualizados.

Sob as nuances dessa realidade, cabe destacar que a crise sanitária mundial provocada pela Covid-19, além de escancarar a desigualdade social, revitalizando as expressões tradicionais e conformando novas, catalisou processos que ainda estavam em curso na dinâmica societal, como a utilização exacerbada e, até mesmo, indispensável das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), um conjunto de ferramentas e recursos tecnológicas que, além de possibilitar a criação, armazenamento,

processamento, acesso e compartilhamento de informações e facilitar a comunicação, também atua no controle, intervenção e mediação das relações sociais. O rearranjo emergencial e ocasional da sociabilidade encontrou fundamento nas TIC que operam velozmente as transformações em múltiplas dimensões da vida social. Soma-se a isso, a pulverização da lógica empreendedora como forma primordial, criativa e inovadora de superação à condição de desproteção social que se observa nos índices elevados de desemprego, insegurança alimentar, violências e outras violações de direitos, historicamente. O empreendedorismo se difunde tanto pelo “aumento da pobreza e da procura acentuada de alternativas de sobrevivência”, quanto pela “busca desenfreada do capital para não pagar mais os direitos trabalhistas, a qual se casa de maneira quase perfeita com a disseminação de formas de trabalho baseadas no uso intensivo das tecnologias”, consoante Leite e Lindôso (2021, p. 793).

Tirante os fatos, resta à classe trabalhadora encontrar, à própria sorte, soluções urgentes e viáveis de garantir a sua sobrevivência, em contraponto à intervenção limitada do Estado na garantia da cidadania. Se expande, portanto, a realização de múltiplas atividades mediatizadas pelo uso das TIC, conformando o processo de plataformização do trabalho, como destacamos no trecho a seguir:

As plataformas digitais, a internet das coisas, a inteligência artificial e a economia de compartilhamento são denominações e recursos que se expandem e passam a integrar diversas dimensões da vida social, sob a marca da inovação, do desenvolvimento autônomo dos sujeitos, dos aprendizados individualizados e das suas experiências práticas. Avança-se sobre a necessidade de formar uma classe trabalhadora de modo que esta esteja disponível para o mercado de trabalho dos novos tempos: instável, informal, flexível, sem proteção social. Em outros termos, uma classe trabalhadora pronta para realizar qualquer tipo de trabalho e/ou se manter à disposição dos representantes do capital, os quais pretendem convertê-la em trabalhadores intermitentes ou mesmo em empreendedores (AMARAL, 2021, p. 66).

Deve-se registrar que, por mais que a direção última dos avanços tecnológicos e suas implicações cotidianas sejam intensificar a concentração de renda e, conseqüentemente, ampliar as desigualdades sociais, elas foram, e seguem sendo, contraditoriamente, importantes ferramentas para que a população, com acesso a essas tecnologias, possa suprir, através do trabalho, suas necessidades sociais. Cabe referenciar os avanços no âmbito da saúde, educação, lazer, cultura, política e outros aspectos que se transformaram positivamente com a implementação das TIC. Logo, o desenvolvimento tecnológico é um paradoxo da contemporaneidade.

Contudo, as precárias condições de vida e de trabalho que vivem os mais diversos segmentos sociais da classe trabalhadora, retratam a desigualdade social e econômica que, historicamente, a classe dominante impõe a esses, direcionando-os a uma vida escassa de acesso às necessidades básicas de reprodução social. É reconhecendo essa

dinâmica que podemos nos aproximar das complexidades que envolvem a sociabilidade da população LGBTQIAPN+ nessa expressiva necessidade vital por trabalho, emprego e renda, principalmente diante de um contexto cotidiano e contínuo de opressões. A combinação calculista entre LGBTQIAPN+fobia, machismo, sexismo, racismo, classismo, etarismo e outras formas de materialização das opressões estruturais e sistêmicas, que se aguça nas relações sociais na ordem do capital, fortalecem a lógica concorrencial e excludente que parte expressiva da população brasileira desfruta dolosamente.

O desemprego decorrente da não inserção no mercado de trabalho formal leva a uma busca incessante por diversas estratégias de sobrevivência que parecem ser a única saída. Como exemplo factual, a ausência de oportunidade para essa população as condiciona à precarização e à informalidade, revestida pela lógica empreendedora, pautada por atividades que, na divisão do trabalho, compreendem “[...] desde a prestação de serviços (cabeleireiro, esteticista, manicure, pedicure, maquiagem, diarista, motoristas de aplicativos, vendedores de produtos alimentícios, entre outras) até atividades socialmente consideradas marginalizadas (tráfico de drogas e prostituição, por exemplo) (SOUZA, 2020, p. 268)”.

Deve-se evidenciar que esse quadro se transforma, cada vez mais, em realidade contínua na vida da população LGBTQIAPN+, jovem, negra e das classes subalternizadas, designando-os a condições de reprodução completamente rebaixadas e, inclusive, inviabilizando processos de organização coletiva em prol dos seus direitos. Nesse contexto, é fundamental estabelecer novas e fortalecer as tradicionais formas de reivindicação coletiva. A condição de precariedade expressa nessa sobrevivência é uma das maiores razões para a incidência social, política e cultural da população LGBTQIAPN+. Para além da compreensão de que se trata de uma reivindicação favorável a um “desvio pequeno-burguês”, um “pequeno drama da humanidade”, uma questão “meramente cultural”, é, em realidade, uma pauta fundamental na luta pela superação da dominação política, exploração econômica, desigualdade social e imperialismo cultural. Trata-se de uma luta anticapitalista.

Sem banalizar a complexidade desse fenômeno, é relevante frisar que a ascensão dessa agenda neoconservadora e neoliberal reiteram e promovem severos ataques à população subalternizada. Ausência de apoio familiar e comunitário; preconceito e discriminação concretizada em situações de violência e violação de direitos no ambiente real e/ou virtual; crimes violentos letais intencionais; desemprego estrutural; limitações no acesso às políticas de proteção social – saúde, assistência social e previdência –; não acesso ou acesso precário à educação; vivência em contexto de rua ou privação de liberdade; impactos na saúde mental – ansiedade, depressão, síndrome do pânico, abuso de substâncias psicoativas, ideação suicida, etc; coerção social para a manutenção da identidade de gênero e/ou orientação sexual “no armário” ou, até mesmo, o imperativo para a saída; são algumas das situações desafiadoras.

Todas essas situações enfrentadas diante da omissão estatal e da ausência de políticas de proteção social especializadas e, até mesmo, as básicas. São ações que se constituem por “[...] naturalizar a exclusão, por parte do Estado, de sua responsabilidade

com segmentos da sociedade. Mais uma vez aqui está explícita a política de eliminação (MATOS, 2021, p. 32)”. Ocorre, desse modo, “a destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2014, p. 17).

A violência, o agravamento da situação socioeconômica, perpassado pela baixa renda e a escassez de oportunidades no mercado de trabalho, tem direcionado esta população à informalidade e a ocupações potencialmente precárias e expostas, como já mencionamos. Como fuga e resistência a essa realidade violenta e aparentemente permanente, alguns sujeitos LGBTQIAPN+, jovens, mulheres, negros e brancos pobres, pessoas com deficiência entre outros sujeitos subalternizados buscam, incansavelmente, estratégias de sobrevivência que possibilitem a garantia do necessário à subsistência. Vidas socialmente alocadas em condições precárias encontram possibilidades também precárias de assegurar a existência biopsicossocial, diante da ausência de proteção social por parte do Estado e da sociedade em geral.

Parece-nos oportuno associar a ascensão dessas estratégias de sobrevivência como um fenômeno próprio do período pandêmico. No entanto, ao considerarmos a precariedade do trabalho na formação sócio-histórica brasileira, identificamos que esse fenômeno é um traço peculiar constitutivo do mercado de trabalho do nosso país e, essencialmente, garante a vida e a sobrevivência das/os trabalhadoras/es. A *viração*, termo utilizado por autoras como Vera Telles (2006), Ludmila Abílio (2017; 2021), Márcia Leite e Raquel Lindoso (2021), remetem a atividades laborais formais, informais, ilegais e ilícitas que se imbricam na luta cotidiana da população brasileira e que se configuram como modos de obter renda e arcar com as necessidades básicas vitais, para “garantir a sobrevivência ou para ‘se virar’” (TELLES, 2006), numa fuga constante da condição que experienciam.

Essa *viração*, ou *ralação*, num bom nordestino, dá visibilidade a atividades que há décadas são exercidas no Brasil e no mundo, especialmente pela “subsunção real da *viração* (ABÍLIO, 2017)” à lógica do capital de plataformas internacionalmente, mobilizando uma imensidão de trabalhadoras/es que as exercem majoritariamente como estratégia de sobrevivência ou complementação de renda. Um aspecto ainda relevante é o *boom* de influenciadores digitais que fazem uso das redes sociais para compartilhar as experiências cotidianas como uso de plataformas, jogos de azar e outros, ganhando notoriedade pública e incentivando o ingresso em massa nas plataformas digitais.

Dentre as alternativas possíveis, uma, em destaque, esculpe-se enquanto fenômeno investigado neste artigo: a conformação e expansão do mercado erótico-pornográfico digital e o trabalho sexual nas plataformas digitais e redes sociais, desempenhado a partir da mercadorização de conteúdos adultos homoerótico-pornográficos, de cunho fotográficos e videográficos. Os resultados dessa investigação foram produzidos a partir da análise da experiência de homens que se denominam criadores de conteúdos adultos e que utilizam do *X*, *Onlyfans*, *Privacy* e outras plataformas para desenvolver suas atividades laborativas. O estudo revela que o processo de trabalho no âmbito da mercadorização desses conteúdos, que expõem práticas eróticas e sexuais em plataformas digitais, é uma das condições atuais de

sobrevivência, diante da ausência de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, decorrente o avanço da racionalidade neoliberal, do neoconservadorismo, da extrema-direita no Brasil e dos ataques à agenda de gênero, sexualidade e direitos humanos.

À luz dos achados da pesquisa, averiguamos que a conjuntura socioeconômico e político brasileiro contemporâneo, caracterizado pelo avanço do capitalismo de plataforma, contribuiu para a disseminação da promessa de dinheiro fácil nas redes sociais que ganhou adesão popular e trouxe à público uma série de discussões sobre o desenvolvimento de trabalho sexual nas plataformas digitais, por meio da venda de conteúdo erótico-pornográfico. Configurando-se como o novo “se nada der certo”, abrir uma conta no *Onlyfans*, por exemplo, tornou-se um jargão popular como solução para os problemas financeiros. Envolvidos pela lógica empreendedora e a constante corrida em busca de oportunidades, os sujeitos se inserem em atividades laborais intermediadas pelas plataformas digitais, marcadamente pela dimensão do rendimento, produzindo valor para o capital. Trata de “uma fase informacional-digital-financeira do capitalismo na qual o sistema depende cada vez mais do uso intensificado de plataformas (ANTUNES, 2023, p. 18)”, constituindo-se uma expansão do “*novo proletariado de serviços na era digital* (ibid., p. 15)”. Isto posto, constata-se a tese que o trabalho sexual nas plataformas digitais emerge e se expande sob o capitalismo de plataformas como uma alternativa principal para a superação da precariedade vital e laboral diante do agravamento das desigualdades sociais na conjuntura contemporânea, sendo mediado e explorado pelas plataformas digitais e redes sociais que constituem o mercado erótico-pornográfico digital.

## **Desvendando o trabalho sexual plataformizado: Caminhos metodológicos da pesquisa**

Contrariando os tabus sociais e a moralidade, a pornografia se consolida como uma das formas mais populares de entretenimento, transitando, ao longo do tempo, entre as gravuras eróticas, as bancas de jornais, as locadoras de vídeo, chegando as telas dos computadores e smartphones. Do papiro, das telas de pintura, páginas de revistas, *Vídeo Home System* (VHS) e *Digital Video Disc* (DVD) aos sites e aplicativos digitais estão presentes elementos que caracterizam o avanço da produção de conteúdo adulto mundialmente. No Século XX, com a popularidade das revistas erótico-pornográficas, cresce significativamente a produção industrial dessas mercadorias. A introdução das mídias comercializadas em formato VHS e DVD representam a oferta desses conteúdos, através dos filmes pornográficos, conformando a distribuição e popularidade da pornografia.

Com a internet, a indústria de conteúdo adulto ganha um novo perfil de consumidores e torna a pornografia acessível a qualquer pessoa em conexão. O combo computador de mesa, *Windows 97*, internet discada, jogo paciência e a janela do *Windows Explorer* com o filme pornô carregando... expressam esse fenômeno no Brasil

nos anos 2000. Além da produção industrial, cresce exponencialmente as chamadas produções independentes e/ou amadoras. Assim como, ampliam-se as práticas de crimes na internet, como a exposição não-consensual, o abuso e exploração sexual, e outras formas de violência gravadas e publicizadas nas redes que seguem sendo alvo de investigações em múltiplas dimensões. Nesse contexto, surgem uma série de aparatos jurídico-formais que tensionam a definição dos limites de uso da internet na contemporaneidade, da proteção aos dados à criminalização das múltiplas formas de violência e violações de direitos disseminadas.

Na atualidade, o formato *online* é o principal mecanismo de distribuição de conteúdo adulto. Essa realidade é compreendida pelo avanço das TIC, as transformações no mundo do trabalho e, em particular, do trabalho sexual, e o acesso massificado à internet. Com isso, verificamos que o uso da internet transformou as formas de produção e distribuição de conteúdo adultos que, associadas a criação de plataformas digitais, constituem o mercado erótico-pornográfico na atualidade, possibilitando que muitas pessoas se tornassem produtores de conteúdo para pessoas maiores de 18 anos. Estes, por conta própria, mobilizados pela lógica empreendedora e, em alguns casos, decorrente da dura realidade socioeconômica, se aventuram nessa nova atividade laboral. Nesse novo tempo, ampliam-se os mecanismos de objetificação e mercadorização das práticas sexuais, dos prazeres e fantasias a serem compartilhados, comercializados e consumidos, configurando-se um arsenal de produtos dispostos no universo da pornografia.

Ademais, essa lógica mercadológica se consolida também em outros ramos da indústria, a exemplo da produção de objetos eróticos como vibradores e outros brinquedinhos, acessórios e vestuários. Também adentra no universo da indústria farmacêutica, desenvolvendo uma série de fármacos destinados a concretização da padronização dos sujeitos, das suas identidades e da sexualidade humana, moldados nos padrões societários hegemônicos, impactando objetivamente e subjetivamente nas relações sociais e sexuais. Essas tecnologias sociais e científicas concretizadas nesse acervo de mercadorias erótico-pornográficas, disponíveis no formato físico e digital, incidem na conformação físico-corpórea e na complexidade existencial-relacional e subjetiva dos sujeitos sociais. Assim, materializa-se uma organização lucrativa, nacional e internacional, de exploração do trabalho sexual e da sexualidade humana como bem econômico a dispor da apropriação capitalista. Tal entendimento nos leva a compreender o trabalho sexual plataformizado como um fenômeno aparente cuja essência está longe de se reduzir às experiências dos homens que trocam imagens fotográficas e videográficas de seus corpos, suas relações e suas práticas sexuais por remuneração.

O termo “Trabalho Sexual” é bastante amplo e controverso por se referir ao conjunto de trabalhadores que desenvolvem atividades tanto na indústria do sexo, quanto no setor de serviços, no âmbito das relações e práticas sexuais e das sexualidades. A objetificação dessas, através da venda do sexo, da imagem, da fantasia, do prazer, e não do corpo, consolidam a produção de uma mercadoria pronta para o consumo. Dada a amplitude do conceito, este compreende um vasto número de sujeitos que

desenvolvem múltiplas atividades relativas ao sexo, tais como *webcamming*, *stripping*, acompanhantes, produtores de conteúdos adultos, etc., incorporando todos que estão atuando na indústria do sexo. Isso inclui, inclusive, aquelas/es que se beneficiam da exploração sexual daquelas/es que estão em ocupações degradantes e vulneráveis, ainda que menos susceptíveis do que a prostituição, em decorrência da coerção econômica e das relações de poder estabelecidas. Salientamos que essa definição exclui veementemente qualquer atividade que se desenrole sem consentimento ou que não se realize entre pessoas maiores de 18 anos, por reconhecermos que se trata de formas de violência, abuso e/ou exploração sexual, realidades para outras investigações.

Retomando nosso tema, apresentamos a seguir os caminhos metodológicos do estudo doutoral. Inicialmente, frisamos que o desenho e as escolhas metodológicas da pesquisa foram definidos para alcançar o objetivo geral de analisar criticamente as tendências do trabalho sexual realizado para, por e entre homens no mercado erótico-pornográfico digital e suas imbricações com o agravamento das desigualdades sociais e a plataformização do trabalho na conjuntura brasileira contemporânea, e os objetivos específicos relacionados, com base nas reflexões teórico-conceituais apresentadas nas páginas iniciais deste artigo. Prioritariamente, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (CEP/UFPE). O número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) é 65258622.4.0000.5208. Esta aprovação assegurou que a pesquisa estava em conformidade com os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

A metodologia da pesquisa consistiu em dois procedimentos fundamentais: 1) Análise e monitoramento de redes sociais e plataformas digitais: Com inspiração etnográfica na internet (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012), esta etapa envolveu a análise e o monitoramento de redes sociais (principalmente X), plataformas digitais (*Onlyfans*, e *Privacy*), e outras mídias e veículos de comunicação que abordaram o objeto de investigação. Incluiu ainda a análise dos perfis de produtores de conteúdo, das mídias produzidas (fotos e vídeos) e conteúdos publicados. Ferramentas como *print screen* e *download* foram utilizadas para registrar as postagens relevantes, auxiliando nas evidências apresentadas na tese e neste artigo; 2) *Websurvey*: Na segunda etapa, realizamos uma *websurvey*, a fim de apreender as condições socioeconômicas dos homens inseridos na dinâmica do trabalho sexual plataformizado, com ênfase nos temas: trabalho, emprego e renda, educação, assistência social e previdência social; assim como, analisar o processo de trabalho sexual realizado para, por e entre homens nas redes sociais e plataformas digitais, destacando os processos de planejamento, produção, edição, divulgação, comercialização, distribuição e financeirização dos conteúdos.

Por meio de um questionário aplicado via plataforma *Google Forms*, destinado a uma amostra não-probabilística do tipo “por conveniência” (REA; PARKER, 2000), buscando o maior número possível de participantes, dentro dos critérios. A *Websurvey* consiste em uma estratégia metodológica que utiliza a internet como plataforma para administrar questionários e obter respostas dos participantes, visando a obtenção de

dados primários, podendo ser realizada mediante a divulgação e disponibilização do link da pesquisa em *websites* e redes sociais (BONI, 2020). Dessa forma, os resultados alcançados nesta pesquisa não são considerados conclusivos, não constituem verdade absoluta, tampouco permitem que sejam realizadas intervenções estatísticas generalizantes. Portanto, foram reconhecidas e buscadas medidas para minimizar as limitações inerentes a essa metodologia *on-line*, como vieses de amostragem, seleção e não-participação.

Os caminhos metodológicos também se ancoraram na teoria social crítica marxista e no método materialista histórico-dialético, em diálogo com as teorias e estudos feministas, buscando compreender o fenômeno do trabalho sexual plataformizado em suas determinações estruturais e sua relação com a totalidade social, para além das aparências imediatas. A pesquisa focou especificamente na experiência de homens produtores de conteúdo adulto, maiores de 18 anos e residentes no Brasil, que desenvolvem trabalho sexual no mercado erótico-pornográfico digital. O recrutamento dos participantes para a *websurvey* foi realizado principalmente através do perfil criado na rede social X (@pesquisahomens), utilizando estratégias como seguir perfis, enviar mensagens diretas e publicar chamadas para participação.

Quanto aos cuidados éticos da pesquisa, os participantes foram convidados a participar como voluntários após a leitura de um TCLE. Este documento continha informações fundamentais sobre a pesquisa, incluindo: descrição da pesquisa e seu objetivo; esclarecimento sobre a participação voluntária e individual; o direito de recusar participar ou de retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade; os possíveis riscos previsíveis da participação, como rastreabilidade de perfis/contatos, exposição a preconceito/discriminação/estigmatização, falhas técnicas, desconforto físico/psicológico, revitimização, e uso do tempo; as medidas adotadas para minimizar esses riscos; e os benefícios diretos e indiretos da participação. A pesquisa deu grande ênfase na proteção do SOUZA e na confidencialidade dos dados dos participantes e assegurou que nenhuma informação que pudesse identificar diretamente os participantes fosse divulgada, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Com efeito, a *websurvey* constatou-se aspectos fundamentais dos processos e das condições do trabalho desenvolvido nas plataformas digitais, com incidências na construção e percepção de si, e nas relações e condições de vida e trabalho, objetiva e subjetivamente. No período de 1 (um) ano (março de 2023 a março de 2024), obtivemos 12 (doze) preenchimentos à pergunta quanto ao consentimento da participação na pesquisa, porém apenas 11 (onze) consentiram e seguiram respondendo a todas as perguntas. Cabe frisar que esse quantitativo é uma amostra representativa do universo de homens que desenvolvem trabalho sexual nas plataformas digitais, especialmente pela ausência de informações que apresentem as características socioeconômicas e as tendências desse trabalho. Todavia, é fundamental reconhecer que esse quantitativo é pequeno, face o vasto número de sujeitos que estão inseridos nessa realidade.

A menção aos perfis dos produtores participantes foi feita usando uma sequência alfabética genérica (@produtorA a @produtorK). O acesso aos formulários

respondidos foi restrito unicamente ao pesquisador responsável e os dados coletados (questionários e registros) estão armazenados em notebook e HD Externo pessoal, em pastas criptografadas, sob posse e responsabilidade do pesquisador, sendo mantidos por um período mínimo de 5 (cinco) anos após a conclusão da pesquisa, realizada em 2024, conforme a Resolução 510/2016, até serem descartados. Por fim, o uso do diário de campo permitiu registrar observações e interações, contribuindo para a análise e interpretação dos resultados dentro de uma perspectiva crítica e situada. Em resumo, os cuidados éticos da pesquisa foram planejados para proteger a dignidade, autonomia, beneficência e privacidade dos participantes, minimizando riscos e garantindo transparência, em conformidade com as diretrizes éticas e a legislação vigente.

De tal modo, a análise sobre as questões de saúde mental, sexual e ISTs apresentadas nas páginas seguintes foram produzidas com base nas respostas objetivas e dissertativas, dada a existência de campos abertos no questionário, dos 11 (onze) participantes. Notadamente, esse tornou-se o instrumento fundamental que auxiliou na análise sobre saúde e saúde sexual, parte integrante dessa investigação, ao coletar dados diretos sobre as experiências dos participantes com riscos associados ao trabalho sexual, medidas preventivas, acesso a serviços de saúde e impacto na saúde física e mental.

## **Condições de trabalho e implicações para a saúde e saúde sexual de trabalhadores sexuais plataformizado**

Sob os auspícios das plataformas digitais, corolário dos avanços das TIC, os homens produtores de conteúdo adulto, que realizam o trabalho sexual no mercado erótico-pornográfico digital, partícipes dessa pesquisa, foram convocados a expressar suas informações pessoais e profissionais, a fim de identificarmos as especificidades do perfil de cada sujeito, dentre as principais variáveis: idade, raça/etnia, sexo biológico, identidade de gênero, orientação sexual, condição física, mental e/ou sensorial, estado civil, religião, residência, escolaridade, renda mensal etc.

Viu-se, de forma preponderante, que o perfil dos partícipes da pesquisa são homens, cisgêneros, jovens, gays, não-brancos, nordestinos, solteiros, sem religião e com ensino superior completo. Entende-se que esse perfil expressa os vieses da pesquisa, uma vez que a amostra final foi constituída por um conjunto de participantes que possuem características sociodemográficas assemelhadas ao pesquisador e ao perfil da investigação. Ainda que o *websurvey* tenha sido compartilhado em várias postagens e em diferentes perfis nas redes sociais e plataformas digitais por um longo período, fez-se necessário contatar pessoas próximas que são produtores de conteúdo ou que conhecem esses trabalhadores, motivando-os a contribuir com o estudo.

Contudo, sem generalizações banais, especialmente por não ser este o horizonte da pesquisa, reconhecemos que a amostragem alcançada é considerada representativa para os propósitos do estudo, mesmo impossibilitando análises estatísticas mais

complexas. Nesse sentido, a participação desses sujeitos é de grande valia para a apreensão do processo de exploração do trabalho sexual pelo mercado erótico-pornográfico digital. Os dados a seguir sistematizam as condições de vida e trabalho relacionados às práticas sexuais, os cuidados com a saúde física, mental e sexual e relacionados às ISTs. Vejamos.

No âmbito da saúde, com fins de compreender o processo e as condições de trabalho, indagamos os participantes da pesquisa com quantos parceiros/as/es tiveram relações sexuais durante o período de um mês, em razão da produção de conteúdo. 06 (seis) dos 11 (onze) produtores de conteúdos afirmaram relacionar-se sexualmente com o total de 01 a 05 pessoas mensalmente (@produtorA, @produtorB, @produtorD, @produtorF, @produtorG e @produtorH). 03 (três) referiram relacionar-se com o total de 06 a 10 pessoas (@produtorC, @produtorI e @produtorK); e 02 (dois) alegaram ter relações sexuais com o total de 11 a 20 pessoas mensalmente, devido ao trabalho sexual e produção de conteúdos (@produtorE e @produtorJ). Nota-se, como um aspecto fundamental desse trabalho, o envolvimento com um número elevado de parceiros sexuais (variando de 1 a 20 parceiros, conforme a amostra), sendo essa variedade uma característica inerente e, por vezes, valorizada (benefício) de sua atividade profissional.

Ainda debruçando sobre o trabalho sexual e o tema da saúde, indagamos os participantes quanto ao reconhecimento dos riscos provenientes da atividade desenvolvida. A esse respeito, os resultados encontrados foram: 10 (dez) dos 11 (onze) participantes referem ter conhecimento do risco à exposição social e sexual; 07 (sete) afirmaram saber do risco ao preconceito e discriminação; 06 (seis) declararam saber sobre o risco de IST; 05 (cinco) afirmaram saber do risco à violência; 02 (dois) declararam o risco ao uso abusivo de álcool e outras drogas; e apenas 01 (um) destacou os seguintes riscos: exploração sexual do trabalho; doenças e outros agravos de saúde; e estresse decorrente ao uso excessivo de equipamentos tecnológicos no tempo dedicado aos procedimentos de trabalho. Nota-se que o exercício do trabalho sexual apresenta riscos graves à vida desses trabalhadores. A exemplo do uso abusivo de álcool e outras drogas que, mesmo podendo gerar dependência dessas substâncias psicoativas, ocorre por motivações pessoais, especialmente para os adeptos ao *Chemsex* (sexo químico), mas também por motivações profissionais, são exemplos a alta produtividade e até o atendimento das vontades de seus consumidores. De mesmo modo, aqueles que optam por ter relações sexuais desprotegidas, assumindo o risco de IST, também o fazem por essas motivações. Esse dado revela os desafios para o avanço no debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e a disseminação de informações e ações práticas importantes relacionadas à prevenção e promoção da saúde mental e sexual.

Posteriormente, solicitamos que os participantes, caso quisessem, expressassem suas opiniões e/ou experiências sobre esses riscos associados ao trabalho, no intuito de apreender elementos que não foram expressamente apresentados em nosso *websurvey*. Nesse contexto, alcançamos as seguintes afirmações:

“O risco de violência pode ser maior se combinado por *app* (aplicativo) de pegação, e produzir conteúdo com mais de um

parceiro. Além disso, o medo de ser descoberto no meu trabalho, que tenho uma segunda persona. Evito, por conta disso, mostrar rosto em gravações e mantenho meu perfil trancado (@produtorA)”. “Não me arrisco na produção mais do que já me arrisco cotidianamente (@produtorB)”.

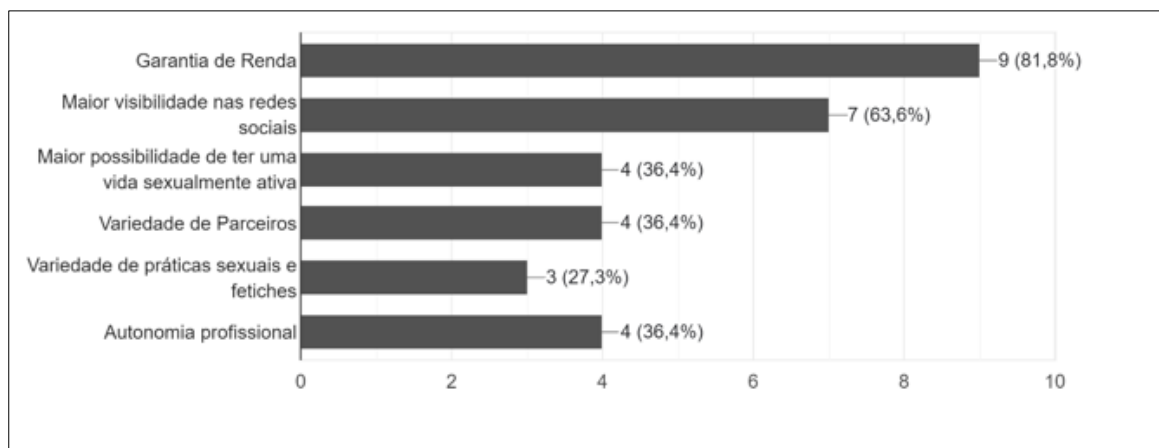
“Necessidade de constante acompanhamento médico para tratamento e prevenção de IST. Processo constante e permanente de tentar, ainda que não seja totalmente bem-sucedido, dissociar o uso de drogas e o sexo (@produtorC)”.

“Os cuidados são essenciais, porém existe muitas preocupações, pois todo cuidado é pouco. Por não serem parceiros no qual se tem somente a ele(a) para relações, todos ficam suscetíveis (@produtorF)”.

Constatou-se, igualmente, com essas afirmações, que os produtores de conteúdos têm conhecimentos sobre os riscos associados ao trabalho sexual desenvolvido e que, diante dessa realidade, está à critério de cada produtor localizar alternativas de autocuidado e prevenção aos agravos, inclusive utilizando-se das estratégias desempenhadas pelos serviços de saúde público, quando possível. Dentre as medidas tomadas para minimizar esses riscos, 09 (nove) dos participantes da pesquisa declararam que o acesso aos serviços de saúde é a alternativa principal para prevenção e cuidado. Sete falaram sobre a importância da prevenção, tratamento ou uso mais seguro de álcool e outras drogas, expressando que as estratégias de redução de danos são medidas eficientes e que esse tema está imbricado com os riscos às IST. Somente dois participantes afirmaram a relevância dos serviços de apoio e aconselhamento psicossocial. E, apenas um relatou que as seguintes medidas foram adotadas: Canais de Denúncias (Polícia, DISQUE 100, ...); e Testagem frequente e tratamento das IST. Expressando suas experiências, o @produtorJ relatou que tem como medida, a “utilização de PrEP, testagem frequente de IST e, às vezes, camisinha”. Já o @produtorH declara “Só faço com meu parceiro, sexo”, como a sua principal medida de redução dos riscos, sem expressar se faz uso de outras estratégias preventivas.

Adicionalmente, investigamos a percepção dos produtores sobre os benefícios em realizar tal atividade, a fim de compreender os aspectos valorativos que estes visualizam. Especialmente, essa abordagem visa reconhecer que, além da noção de escolha, dada a possibilidade em trabalhar e satisfazer seus desejos sexuais e afetivos, vender fantasias e visibilizar suas práticas sexuais tidas como dissidentes, a opção por desempenhar essa atividade se dá também pela oportunidade em gerar renda e, para alguns, representa a garantia da subsistência. Nessa direção, as respostas apresentadas expõem o sentido atribuído pelos produtores de conteúdo ao trabalho:

**Gráfico 01** — Percepção sobre Benefícios com o trabalho desenvolvido.

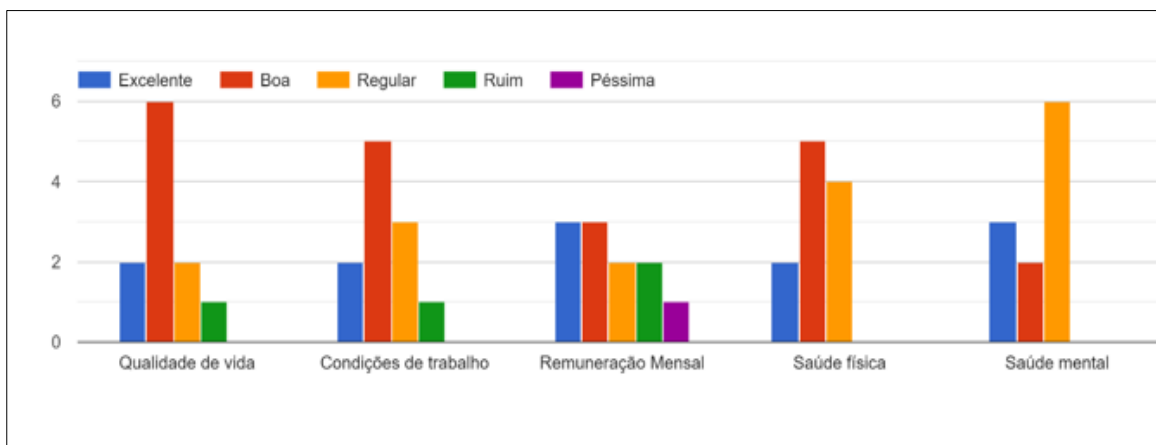


**Fonte:** O autor (SOUZA, 2024).

Conforme representado, parte significativa dos participantes afirmam que a garantia de renda é o principal benefício advindo do desenvolvimento do trabalho sexual nas plataformas digitais. Em seguida, constatamos que a ampla visibilidade nas redes sociais também é um fator benéfico, assim como ter uma vida sexualmente ativa, uma variedade de parceiros, autonomia profissional e a variedade de práticas sexuais e fetiches realizadas para a produção de conteúdo. Os dados confirmam a tese de que o interesse primordial que inseriu os participantes da nossa pesquisa no mercado erótico-pornográfico digital é o potencial em gerar rendimentos, tanto na perspectiva de complementação de renda, quanto na definição desta como a atividade principal. Nota-se, também, que, no âmbito da saúde sexual, esses trabalhadores ao experienciar uma variedade de parceiros, práticas sexuais e fetiches, ainda que reconheçam como benesses do trabalho, reforça a necessidade de uma maior atenção e cuidado com a saúde nessas interfaces, considerado políticas públicas, ações educativas para o estímulo à adoção de medidas preventivas e a redução de vulnerabilidades às ISTs e à infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids).

Continuadamente, apresentamos a seguir a percepção dos produtores de conteúdos quanto a cinco outros temas relevantes ao mundo do trabalho e a política de saúde, são eles: Qualidade de vida; Condições de Trabalho; Remuneração Mensal; Saúde Física e Saúde Mental. Convidados a manifestar-se sobre cada tema, com respostas variantes de “excelente” a “péssimo”, com base na escala de *Likert*, tratados como variantes ordinais, nas quais os intervalos foram designados como regulares, o gráfico a seguir mostra os resultados sobre as condições gerais apresentadas pelos trabalhadores sexuais intermediados por plataformas digitais. Vejamos:

**Gráfico 02** — Percepção sobre Qualidade de vida; Condições de Trabalho; Remuneração Mensal; Saúde Física; e Saúde Mental.



**Fonte:** O autor (SOUZA, 2024).

Observa-se, quanto à qualidade de vida, 06 (seis) participantes a classificaram como “boa”, 02 (dois) classificaram como “excelente”, outros dois como “regular” e um como “ruim”. Relativo às condições de trabalho, 05 (cinco) selecionaram a opção “boa”, 03 (três) selecionaram “regular”, 02 (dois) “excelente” e um “ruim”. Sobre a remuneração mensal, 03 (três) classificaram como “excelente” e outros três como “boa”, 02 (dois) “regular” e outros dois “ruim”, apenas uma como “péssima”. No que corresponde à saúde física, 05 (cinco) selecionaram a opção “boa”, 04 (três) selecionaram “regular” e 02 (dois) “excelente”. Por fim, relativo à saúde mental, 06 (seis) participantes classificaram como “regular”, 03 (três) classificaram como “excelente” e 02 (dois) como “boa”. Dessa forma, chama-nos atenção a questão da saúde mental dos trabalhadores inseridos na dinâmica do capitalismo de plataforma, em especial, destacamos a importância da produção de conhecimentos sobre esse tema, a partir da experiência dos produtores de conteúdo adulto.

Nessa compreensão, a percepção dos produtores de conteúdo nos atenta sobre a qualidade de vida e condições de trabalho precárias inerentes ao capitalismo de plataformas, cujas expressões incluem longas horas de trabalho, falta de proteções trabalhistas, ausência de benefícios e forte insegurança. Essas adversidades impactam significativamente nos trabalhadores, levando a altos níveis de estresse, ansiedade, depressão, esgotamento, insatisfação, entre outros adoecimentos e agravos biopsicossociais. As condições de trabalho desfavoráveis e a exposição à ambientes e relações de trabalho não seguros podem aumentar o risco de lesões, doenças relacionadas às atividades desempenhadas e outros problemas de saúde entre os trabalhadores. Ademais, nessa dinâmica, esses trabalhadores enfrentam remuneração inadequada, instabilidade nos rendimentos e alta exploração pelas plataformas digitais que lucram com esse trabalho. De maneira que a tendência do capitalismo de plataformas é ampliar as disparidades socioeconômicas, condicionando os trabalhadores a frequentemente

enfrentar condições de trabalho e remuneração substancialmente piores do que os proprietários das plataformas e seus investidores.

No tocante à saúde mental, a ausência de controle sobre suas próprias horas de trabalho, condições laborais ou remuneração, leva à níveis diversos de adoecimento, em razão da insegurança, precariedade e intensificação do trabalho, características da tendência atual do capital. Ainda, com a individualidade, competitividade e outros valores neoliberais, o trabalho em plataformas digitais desenvolve-se de forma isolada, sem rede de apoio. E, no caso do trabalho sexual, inúmeros comentários jocosos em tom discriminatório e preconceituoso afetam a saúde mental desses trabalhadores. Ressaltamos também as constantes investidas do capital para adequação a um padrão estético-corporal e comportamental que podem agravar o adoecimento mental, em razão de problemas de autoestima, imagem corporal negativa, estresse e ansiedade, distúrbios alimentares e outros agravos.

Posteriormente, perscrutamos se os participantes da pesquisa são referenciados em algum serviço de saúde em seus territórios. Somente 06 (seis) produtores de conteúdo responderam que “sim”. Desses, apenas 05 (cinco) declararam qual serviço de saúde está sendo acompanhado: o *@produtorA* declara ser acompanhado por um Ambulatório que disponibiliza a PrEP; o *@produtorB* referenciou o Hospital Correia Picanço e a Clínica do Homem (AIDS Healthcare Foundation) AHF Brasil, ambos localizados na cidade do Recife/PE; o *@produtorC* alega realizar Tratamento antirretroviral na rede pública e Terapia semanal privada; o *@produtorE* afirma ser acompanhado por um médico infectologista; e o *@produtorJ* declara ser acompanhado por uma Unidade de Saúde da Família, que disponibiliza a PrEP.

No tocante à PrEP e a PEP, 100% dos participantes declararam saber o significado das siglas e possuem conhecimentos sobre a profilaxia antirretroviral de Pré e Pós exposição ao vírus HIV/AIDS como forma de prevenção e cuidado. Todavia, apenas 02 (dois) participantes fazem uso da PrEP e somente 05 (cinco) participantes fazem uso da PEP. Expressa-se a baixa adesão ao método dentre esses trabalhadores. Portanto, faz-se fundamental o desenrolar de estratégias para ampliar o vínculo desses trabalhadores aos serviços de saúde e, com maior orientação e facilidade no acesso, terem atenção especial à adesão e acompanhamento profissional para uso contínuo dos medicamentos disponibilizados no Sistema único de Saúde (SUS).

Outro dado importante apurado nas respostas, relaciona-se ao histórico de diagnóstico de IST dos produtores de conteúdo. Do total, 08 (oito) participantes afirmam que “sim”. Desses, apenas 07 (sete) compartilharam seus diagnosticados: o *@produtorA* declara ter sido diagnosticado com Papilomavírus Humano (HPV); o *@produtorB* declara ter sido diagnosticado com HIV/AIDS, Sífilis, Gonorreia e Infecção por Clamídia, e Herpes Genital; o *@produtorC* alega HIV/AIDS, Sífilis, Hepatites virais B e C; o *@produtorE* afirma ter sido diagnosticado com Herpes Genital; o *@produtorI* declara ter sido diagnosticado com Sífilis; o *@produtorJ* alega Gonorreia e Infecção por Clamídia, e Cancro Mole (Cancróide); e o *@produtorK* declara diagnóstico de Gonorreia e Infecção por Clamídia. Todavia, com exceção do *@produtorG*, que preferiu não informar seu diagnóstico, todos os demais declararam terem realizado tratamento.

Perguntamos qual a frequência de uso de camisinha e outras formas de prevenção nas gravações. Apuramos que 03 (três) participantes declararam nunca fazer uso, 02 (dois) declararam que quase nunca usam, outros dois afirmaram que às vezes usam, mais dois alegaram que quase sempre e outros dois que sempre usam. Outro dado relevante é que 04 (quatro) participantes afirma realizar exames de HIV/AIDS a cada 6 meses (2 vezes ao ano - semestral) e outros 04 (quatro) realizaram a cada 3 meses (4 vezes ao ano - trimestral). Do total, 02 (dois) participantes afirmam realizar esses exames anualmente (1 vez ao ano). Somente um dos participantes refere não realizar esse exame. Com relação a frequência de exames de outras IST (Sífilis, Hepatite B, Gonorreia, HPV, Herpes Genitais), 07 (sete) declararam realizar a cada 3 meses (4 vezes ao ano); 02 (dois) alegaram realizar esses exames anualmente e a mesma quantidade informa realizar a cada 6 meses.

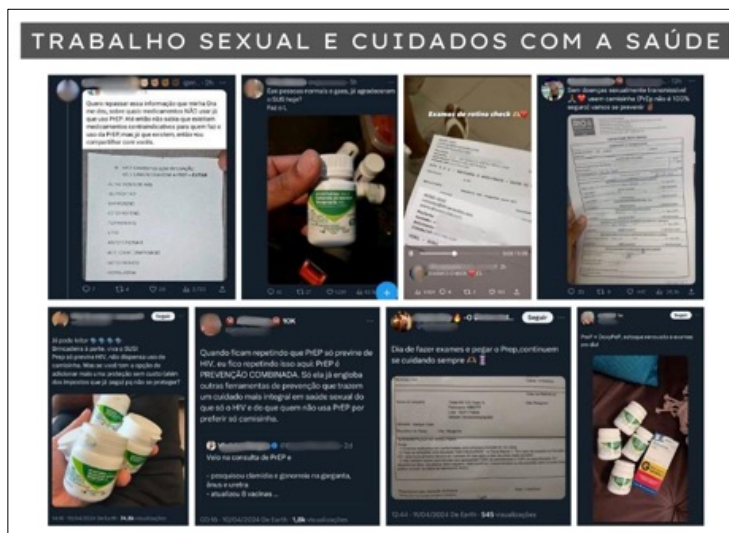
Quanto à realização de exames gerais, 04 (quatro) participantes alegaram a frequência anual (1 vez ao ano) e outros 04 (quatro) declararam a frequência semestral (2 vezes ao ano); 02 (dois) participantes, informaram não realizar exames e apenas um declarou realizar trimestralmente (4 vezes ao ano). Questionados sobre a frequência em que foi ao posto de saúde / unidade de saúde no território, 05 (cinco) declararam não frequentar, 03 (três) informaram frequentar trimestralmente, 02 (dois) alegaram semestralmente e apenas 01 (um) declarou ida anual. Indagados sobre a última vez que procuraram algum serviço de saúde, 04 (quatro) participantes declararam que há três meses, 03 (três) afirmaram há menos de um mês, 02 (dois) alegam há um mês, um referiu há seis meses e outro há mais de seis meses.

A causa principal que os levou a procurar um serviço de saúde foi expressa por dez dos participantes: o @produtorA refere ter ido para “cadastrar-se e acessar o PrEP”; o @produtorB refere ter ido realizar “testagem regular de IST”; o @produtorC afirmou que a causa principal foi a realização de “exames de rotina para varredura de IST”; o @produtorD declara que foi vacinar; o @produtorE afirma que a Herpes foi a causa; o @produtorF fala que foi realizar análise; o @produtorH que procurou os serviços de saúde em razão de uma infecção no canal urinário; o @produtorI declara que a causa foi uma febre; o @produtorJ foi para um acompanhamento da PrEP; e o @produtorK por conta de uma gripe. Nota-se que é expressamente um desafio à política de saúde localizar esses trabalhadores e auxiliá-los a superar as barreiras que impedem a prática rotineira de cuidados com a saúde.

Prosseguindo a apresentação de nossos resultados, exibimos a seguir uma imagem contendo *print screen* de postagens de produtores de conteúdo compartilhando suas práticas de cuidados com a saúde sexual e os mecanismos de prevenção às ISTs, registradas no processo de análise e monitoramento das mídias. As imagens representam a importância de realizar práticas sexuais seguras, como o uso de preservativos, a realização de exames regulares de saúde sexual, o uso da PrEP e outros medicamentos. Esses elementos, ao serem publicizados, enfatizam a importância da segurança e do consentimento no trabalho sexual e o acesso a serviços de saúde, tanto para os trabalhadores sexuais quanto para os consumidores, potencializando debates que, ao reconhecer a realidade do trabalho sexual mediado por plataformas

digitais, expressem a necessidade de produção de conhecimentos, políticas públicas, benefícios e serviços que atuem no âmbito da promoção e prevenção à saúde, visando garantir a melhoria das condições de vida e trabalho.

**Figura 01** — Trabalho Sexual e Cuidados com a saúde.



Fonte: O autor (SOUZA, 2024).

Visualizamos também que alguns produtores de conteúdo optam por publicizar as suas práticas de cuidado com a saúde sexual, ora como uma forma de incentivar práticas de autocuidado, ora como resposta à comentários pejorativos sobre as práticas sexuais desenvolvidas, compartilhadas e comercializadas nos perfis. O que nos leva a refletir que as barreiras impostas pela discriminação e o preconceito podem interferir diretamente nessa procura pelos serviços de saúde e no acesso e permanência no acompanhamento e tratamento. Isso porque, expressivamente, o trabalho sexual ocorre em um contexto de desigualdade estrutural, onde os trabalhadores sexuais, em sua maioria mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e outros segmentos sociais, enfrentam a discriminação, a estigmatização e marginalização. Por sua vez, resultam em acesso desigual aos serviços de saúde, em destaque à saúde mental e sexual, aumentando a condição de precariedade vital e laboral.

Ainda sobre a saúde, de modo conclusivo, abordamos os participantes se, no período de desenvolvimento do trabalho sexual nas redes sociais e plataformas digitais, desenvolveram algum(s) sintoma(s) que expressem impactos na saúde mental e física, especificamente. Como resultado, averiguamos que 05 (cinco) indicaram apresentar sintomas de ansiedade; 04 (quatro) declararam terem sentido medo; 03 (três) informaram terem sentido preocupação e estresse; e 01 (um) declararam os seguintes sintomas: depressão, problemas com o sono, dores no corpo, lesões pós-sexo, alteração na pressão arterial, dor de cabeça, aumento ou diminuição de peso e desânimo. Percebe-se, que processos de adoecimento/desgaste físico e mental é um

fenômeno evidente no contexto de precariedade da vida e trabalho dos produtores de conteúdo adulto. Chama-nos atenção, nesse contexto, o argumento apresentado por um dos nossos participantes: *@produtorF* “Com o grande crescimento de produtores de conteúdo, as exigências e autocobrança estão sendo cada vez mais extremas, tanto pela aparência (perfil/física), quanto por status sociais”. Essa fala destaca a forma atual de controle e gerenciamento por parte das plataformas digitais, muitas vezes de forma oculta, gerando a autocobrança excessiva, desencadeada pela lógica da individualidade, competitividade e produtivismo, apresentando graves consequências à saúde dos trabalhadores sexuais.

Cabe ainda destacar a situação dos trabalhadores diagnosticados e vivendo com HIV/AIDS, que indicamos ser um dos temas possíveis de investigações profundas futuramente, conforme nos alerta o *@produtorB* “[...] Também faltou prever questões relacionadas a trabalhadores sexuais vivendo com HIV/AIDS”. Verifica-se, de forma prevalente, o agravamento à saúde em decorrência do desenvolvimento do trabalho sexual platformizado e, ainda, índices elevados de trabalhadores diagnosticados com HIV/AIDS e/ou outras IST. Dessa forma, afirmamos ser fundamental o desenvolvimento de investigações focadas em apreender os riscos e benefícios da produção de conteúdo adulto, com foco específico nas questões de saúde, especialmente pelos dados alarmantes apresentados por nossos participantes. Possibilitando, assim, o compartilhamento de informações e a realização de ações a respeito da promoção, prevenção e recuperação da saúde das/os trabalhadoras sexuais.

No mais, com relação à política de Assistência Social e outros benefícios, nenhum dos participantes referiu receber rendimento mensal proveniente de Aposentadoria, Pensão, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Aluguel Social ou outra origem, dentre os benefícios sociais. Em respeito à política de Previdência Social, apenas 05 (cinco) afirmam serem contribuintes, sendo 04 (quatro) na previdência social pública e um na privada. Dos que responderam não serem contribuintes, somente 4 (quatro) afirmam ter conhecimento de que pode contribuir como profissional autônomo e que, caso adoeça e seja contribuinte da previdência social, tem direito ao auxílio-doença, por exemplo, estando dentro das condicionalidades exigidas. Atesta-se, com essas informações, que esses trabalhadores não estão referenciados nas demais políticas públicas que, em sua potencialidade, abrem portas para a rede de serviços.

No âmbito da política de Direitos Humanos, perguntamos aos nossos participantes se, no desenvolvimento do seu trabalho como produtor de conteúdo, foi vítima de alguma situação de preconceito/discriminação. Somente um, o *@produtorB*, afirmou ter experienciado situação de violência / violação de direitos, em razão de sua condição sorológica, seu diagnóstico de HIV/Aids. No entanto, ele afirma que não denunciou em algum órgão público ou privado, sobre a seguinte justificativa: “Dificuldade demais, risco de maior violência moral no serviço de segurança e não valer à pena, já que não fui prejudicado com essa discriminação”. Essa declaração expressa a desproteção social que estes trabalhadores se encontram, sendo uma característica central e estrutural dessa atividade. Está manifestado na ausência de garantias e suporte estatal e social essenciais, abrangendo as áreas da saúde, assistência social,

previdência, direitos humanos e segurança, conforme detalhado nos resultados da pesquisa.

## Considerações

O percurso investigativo deste artigo, resultado da tese doutoral, partiu da análise crítica das determinações e inflexões da plataformização do trabalho no Brasil, especialmente a partir da experiência de homens trabalhadores sexuais que atuam na produção de conteúdo adulto mediado por plataformas digitais. O estudo se desenvolveu em uma conjuntura de aprofundamento das desigualdades sociais, precarização da vida e do trabalho, e avanço de agendas neoliberais e neoconservadoras, que impactam diretamente a classe trabalhadora em sua diversidade.

Através de uma abordagem teórico-metodológica alicerçada na teoria social crítica marxista, em diálogo com as teorias e estudos feministas, a pesquisa utilizou a análise e o monitoramento de redes sociais e plataformas digitais, além de uma *websurvey*, para apreender a dinâmica desse trabalho e suas implicações. Os resultados evidenciam que a inserção no trabalho sexual plataformizado, frequentemente como alternativa para a complementação de renda face à precariedade vital e laboral, ocorre numa dinâmica que acarreta agravo potencial à saúde física, mental e sexual. O perfil dos participantes, majoritariamente jovens, gays e não-brancos, reflete a interseção entre as relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e raça/etnia na configuração da precarização e na busca por estratégias de sobrevivência.

Esta modalidade de trabalho, frequentemente buscada como estratégia de sobrevivência e/ou complementação de renda, insere-se numa conjuntura marcada pelo avanço do capitalismo de plataforma. Embora o trabalho nas plataformas seja vendido com a promessa de autonomia e flexibilidade, na prática, ele se configura como instável, informal e sem proteção social, subordinando os trabalhadores a algoritmos e mecanismos de extração de valor. As condições desfavoráveis de trabalho incluem a insegurança, o isolamento, a alta exploração e a ausência de controle sobre as horas e a remuneração, fatores que, em conjunto, levam a altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e esgotamento, evidenciando a desproteção social e a urgente necessidade de políticas públicas focalizadas. Soma-se a isso a autocobrança excessiva e a pressão para a adequação a um padrão estético-corporal e comportamental idealizado pelo capital. A fragilidade na saúde mental é amplificada pela falta de rede de apoio e pela exposição a comentários jocosos, discriminatórios e preconceituosos.

Com foco específico na saúde e saúde sexual, o estudo apurou que há uma alta percepção de riscos pelos trabalhadores, incluindo exposição social e sexual, preconceito, discriminação e, de forma notável, o risco de ISTs. A pesquisa revela um elevado índice de participantes que relataram ter sido diagnosticados com alguma ISTs, apesar de mencionarem medidas de prevenção e cuidado como acesso a serviços de saúde e testagem frequente. A vulnerabilidade em saúde sexual é um desafio crucial

no trabalho sexual plataformizado. A pesquisa revelou que a maioria dos participantes têm ciência do risco de ISTs. Contudo, o dado mais alarmante é o elevado índice de participantes que relataram diagnóstico de alguma IST ao longo da vida, atingindo oito de onze participantes. Embora medidas preventivas como acesso a serviços de saúde e testagem frequente tenham sido mencionadas, a adesão à PrEP e à PEP é baixa entre os respondentes, apesar do conhecimento sobre sua existência, aponta para desafios no acesso e na vinculação aos serviços de saúde. A dificuldade de adesão e a baixa frequência de comparecimento a unidades de saúde sinalizam barreiras no acesso e na vinculação aos serviços públicos, muitas vezes agravadas pela discriminação e estigmatização que estes trabalhadores enfrentam. Nota-se que a ausência de acesso ou conhecimento sobre políticas de Assistência Social, Previdência Social e Direitos Humanos agrava ainda mais a vulnerabilidade.

A análise crítica sob a ótica do capitalismo de plataforma demonstra que, apesar da aparente autonomia e flexibilidade vendida pelas plataformas digitais, os trabalhadores estão subordinados a algoritmos e mecanismos de extração de valor, não apenas pela taxação das transações, mas principalmente pela coleta e processamento de dados. Essa lógica empreendedora individualizada, impulsionada pela precariedade do mercado de trabalho convencional, reatualiza e complexifica as formas de exploração e as opressões (classe, gênero, sexualidade, raça/etnia), impactando diretamente a saúde e a vida dos trabalhadores.

A presente tese contribui para o debate acadêmico-científico, particularmente no âmbito do Serviço Social, ao abordar um fenômeno pouco investigado sob essa ótica. As limitações inerentes à metodologia utilizada (amostragem não-probabilística, vieses da *websurvey*) e o contexto pandêmico em que a pesquisa se desenvolveu, embora reconhecidas, não invalidam a relevância dos achados em apontar tendências e implicações cruciais para a vida dos trabalhadores sexuais plataformizados.

Os resultados desta pesquisa abrem múltiplas frentes para investigações futuras, destacando-se: o aprofundamento da análise sobre a saúde mental e saúde sexual desta população, incluindo os impactos do trabalho e a adesão a métodos de prevenção de ISTs; a análise dos padrões estético-corporais e comportamentais valorizados pelas plataformas e seus impactos na saúde e nas práticas dos trabalhadores; o estudo do papel dos consumidores nessa dinâmica e sua corresponsabilidade; a investigação sobre as formas de organização e resistência coletiva; e a urgência de políticas públicas e proteção social focalizadas. Em perspectiva, os resultados sublinham também a necessidade imperativa de políticas públicas específicas que promovam a saúde sexual, estimulem a adoção de medidas preventivas e reduzam a vulnerabilidade às IST e ao HIV, garantindo a proteção social e os direitos humanos desses trabalhadores.

Assim, embora a experiência do trabalho sexual plataformizado possa representar, para alguns, uma estratégia de sobrevivência e até mesmo benefícios como renda e autonomia, ela se dá em meio a condições precárias e riscos significativos para a saúde física e mental, especialmente a saúde sexual e às ISTs. Longe de uma escolha “fácil” ou totalmente livre, essa atividade é determinada por uma conjuntura socioeconômica desigual e por mecanismos de exploração que reconfiguram as relações de trabalho

na era digital. Conclusivamente, a radicalização da democracia e a luta por políticas públicas que garantam proteção social e direitos humanos para todos, incluindo os trabalhadores sexuais, são passos urgentes para a construção de uma nova ordem societária.

## Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, p. 933-955, 2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberizacao: subsuncão real da viração. *Passa palavra / Blog da Boitempo*, 19 fev. 2017. Disponível em: < <https://passapalavra.info/2017/02/110685/> >. Acesso em: 03 jun. 2024.

AMARAL, Angela Santana do. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 19, n. 48, p. 57 – 69, 2021.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. In.: *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. ANTUNES, Ricardo; [et al.] (orgs.). – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, p. 13 – 39, 2023.

BONI, Raquel Brandini De. Websurveys nos tempos de Covid-19. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csp/a/G8kJtRzvd5gJVrHtdxchpKh/?lang=pt> >. Acesso em: 27 mai. 2024.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. – 1ª. Ed. – São Paul: Boitempo Editorial, p. 01 – 222, 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 450 p., 2016.

FRAGOSO, Suely. RECUERO, Raquel. AMARAL, Adriana. *Métodos de Pesquisa para Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GRANEMANN, Sara. *Crise econômica e a COVID-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira*. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021.

IASI, Mauro Luis. O Espírito do tempo de um tempo carente de Espírito. In.: *Que política social para qual emancipação?* Ivanete Boschetti, Evilasio da Silva Salvador, Rosa Helena Steiner, Sandra Oliveira Teixeira. Brasília: Abaré Editorial, p. 11 – 31, 2018.

LEITE, Márcia de Paula e LINDÔSO, Raquel Oliveira. Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, p. 791-820, 2021.

MATOS, Maurílio Castro de. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da COVID-19. *Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 35, p. 25-35, 2021.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

REA, Louis; PARKER, Richard. *Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução*. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. Trabalho e diversidade sexual e de gênero: dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 3, n. 10, p. 252-275, 2020.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. “Bora gravar?!”: análise crítica das tendências do trabalho sexual por, entre e para homens em plataformas digitais. Tese (Doutorado em Serviço Social). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2024.

TELLES, Vera. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Revista Tempo social*, n.18, v.1, p. 17395, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.